



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

CODINOME REALIDADE: DIALÉTICAS DA FÁBRICA DE MUNDOS DO NOME PRÓPRIO

CODENAME REALITY: DIALECTICS OF THE FACTORY OF WORLD NAMES

Diogo Xavier da Mata. UFRJ.

Gustavo Silva Saldanha. IBICT.

Naira Christofolletti Silveira. UNIRIO.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O estudo parte da noção de Biobibliografia, seus usos e funções sócio-políticas, enquanto dispositivo que constrói um repertório de nomes próprios de pessoas, e que os descrevem e os classificam com base na biografia e nas obras de alguém. No campo da Organização do Conhecimento e dos Saberes (OCS) o nome próprio, principalmente do autor, é, historicamente, utilizado na confecção de instrumentos de recuperação da informação. Desde os catálogos das bibliotecas até os dicionários biográficos. Com base em uma relação metafórica, assumindo parte da cidade como uma biobibliografia, como um dicionário biográfico, onde há uma relação de nomes atuantes na delimitação e organização dos espaços, problematiza-se a ideia da significação dos nomes próprios de pessoas e da comunicação de enunciados através deles. Para isso, recorre-se a algumas proposições teóricas da Filosofia da Linguagem recente, como o pensamento de Gottlob Frege e Ludwig Wittgenstein acerca do nome próprio. O objetivo é propor o “maquinário” da Organização do Conhecimento e dos Saberes para a fabricação alegórica de uma possível geografia política dos espaços de uma cidade-biobibliográfica. Os procedimentos metodológicos perpassam a pesquisa teórica bibliográfica e a observação empírica não sistematizada dos nomes próprios de pessoas que constroem os espaços citadinos. Como resultado, argumentamos favoravelmente à tomada biobibliográfica-crítica dos nomes que compõem a realidade geográfico-política das cidades. Além disso, se entrelaçam algumas considerações acerca da comunicação de enunciados através de uma biobibliografia que seleciona nomes e vidas, fabricando representações e mundos para e pelas cidadãs e cidadãos, de forma não transparente.

Palavras-Chave: Biobibliografia. Nomes Próprios de Pessoas. Organização do Conhecimento e dos Saberes. Filosofia da Linguagem para Nomes Próprios.

Abstract: The study starts from the notion of Biobibliography, its uses and socio-political functions, as a device that builds a repertoire of people's proper names, and that describes and classifies them based on biography and their works. In the field of Knowledge Organization and Representation (OCS) the proper name, mainly of the author, is historically used in the manufacture of information retrieval instruments. From library catalogs to biographical dictionaries. Based on a metaphorical relationship, which assumes the city itself as a biobibliography, as a biographical dictionary, where there is a relationship of names active in the delimitation and organization of spaces, we problematize the idea



of the meaning of the proper names of people and the communication of utterances. through them. For this, we collected some theoretical propositions from recent Philosophy of Language, such as the thought of Gottlob Frege and Ludwig Wittgenstein about the proper name. The objective is to propose the “machinery” of the Organization and Representation of Knowledge for the allegorical fabrication of a possible political geography of the spaces of a biobibliographic city. The methodological procedures permeate the theoretical bibliographic research and the non-systematized empirical observation of the proper names of people who build urban spaces. As a result, we argue in favor of the biobibliographic-critical approach of the names that make up the geographic-political reality of cities. In addition, we make some considerations about the communication of statements through a biobibliography that selects names and lives, manufacturing representations and worlds for and by citizens, in a non-transparent way.

Keywords: Biobibliography. Personal Names. Organization and Representation of Knowledge. Philosophy of Language for Proper Names.

1 O CANTEIRO DE OBRAS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DOS SABERES

É prática corrente da geografia política que organiza os territórios o uso de nomes próprios de pessoas para arquitetar os micros espaços citadinos. Quer dizer, usa-os para nomear salas, prédios, ruas, praças, monumentos, entre outros. Seja com o objetivo de homenagear ou de guardar uma memória, os nomes próprios passam a constituir índices, remetem, à cidade, aos seus espaços e monumentos.

Por outro lado, no âmbito dos estudos da Organização do Conhecimento e dos Saberes (OCS), há muito tempo se utiliza um ou mais nomes próprios de pessoas para a ordenação e/ou recuperação dos artefatos bibliográficos. Como prova desta longa data, podemos citar o exemplo de Calímaco, que confeccionou seus descritores de forma a garantir a identificação da autoria e do título de cada obra (MEY; SILVEIRA, 2009)¹.

Dentro do vasto horizonte epistemológico do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), por sua vez, a tradição bibliográfica possui como uma de suas vertentes a Biobibliografia. Noção definida por Murilo Cunha e Cordélia Cavalcanti (2008, p. 56) como: “estudo da vida e das obras de um autor, as quais são referenciadas de acordo com as normas bibliográficas; em geral, inclui a referência dos textos críticos sobre o autor e suas obras”. A noção de Biobibliografia é o fio condutor deste estudo. Além disso, a Biobibliografia tem sua história contada pelas fontes de informações biográficas, como os Dicionários Biográficos e os

¹ Para um aprofundamento acerca da questão da autoria na representação descritiva do conhecimento, ver a tese da Profa. Dra. Naira C. Silveira (2013), intitulada “A trajetória da autoria na representação documental”.



Quem é Quem, que incorporam *lato sensu* o conceito biobibliográfico². Nossas pesquisas têm se valido dos conceitos e práticas da OCS para análise crítica dos usos dos nomes próprios de pessoas em diversas esferas da realidade sócio-política, o que temos indexado por análise dos dispositivos biobibliográficos.

As duas dimensões, a Geografia Política e a OCS, a partir das perspectivas apresentadas, se ligam, aqui, para formar uma metáfora de cidade-biobibliográfica. Nesse sentido, existiria, metaforicamente, uma grande biobibliografia geopolítica que está materializada na própria cidade, a partir dos nomes próprios de pessoas que fabricam seus lugares, a ser desvendada. Há, na metarrealidade, dos espaços geopolíticos, imperceptível, o Dicionário Biográfico que lista, descreve e classifica esses nomes. Nesse ínterim, de forma comparativa, o autor, figura central da produção de discurso textual, e dos repertórios biobibliográficos tradicionais, sede lugar àquelas pessoas que por variadas condições têm seus nomes gravados nas faixadas dos prédios ou nas placas de endereço da biobibliografia cidadina. Ou seja, pessoas cujos nomes ocupam um espaço na organização da cidade-biobibliográfica, uma parcela da cidade destacada da grande urbe. A obra do autor, por similitude, deixa de ser uma relação de textos, passa a figurar como uma espécie de legado, espécie de atuação ou ação, que legitima a memória dessa pessoa.

Acredita-se que o nome próprio, a funcionar na cidade, gera uma materialidade biobibliográfica que produz uma narrativa a circular pelos espaços. Essa materialidade desdobrada em uma vivência metamaterial (toda a rede de descritores que se desdobra) pode ser reconhecida como uma das formas históricas de construção social da realidade. A concepção de uma realidade constituída pela via da linguagem – questão filosófica central para o nascimento da filosofia segundo a demarcação da Antiguidade Greco-Latina – tem nessa relação bibliográfica um fundamento investigado por séculos.

O objetivo do trabalho leva a uma reflexão teórica na Filosofia da Linguagem para entender o que é um nome próprio, mais especificamente o nome próprio pessoal. O objetivo é, a partir dessa discussão, utilizar parte do arcabouço teórico e normativo que compõe os estudos da OCS para analisar essa biobibliografia geopolítica, que de maneira invisível, não-

² A história das fontes de informação biobibliográficas na Modernidade foi repertoriada pela dissertação de Mestrado de Diogo Xavier da Mata (2020), intitulada “Uma Arqueologia do Discurso Biobibliográfico”, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo S. Saldanha.



transparente, em raros casos debatida, seleciona, classifica e descreve indivíduos, a partir de seus nomes próprios para fabricar a cidade, ou o mundo, ao nosso redor. O nome próprio nessa confluência epistêmica, assume um lugar de comunicação de enunciados, cujo suporte é o próprio espaço em que se transita.

Os procedimentos metodológicos se dividem entre a pesquisa bibliográfica de proposições filosóficas acerca dos nomes próprios e uma exploração teórico e normativa do campo da OCS. Por fim, é feita uma reflexão comparativa entre estes constructos teóricos e a parcela da realidade citadina explorada.

2 CADERNETAS DOS ESPAÇOS ANTROPONÍMICOS

No campo da Linguística, a Onomástica é o estudo dos nomes próprios, já a Antroponímia é o estudo dos nomes próprios de pessoas. Nos estudos biblioteconômico-informacionais, pela via biobibliográfica, o nome próprio irá do registro metarrepresentacional estrutural de continentes e conteúdos à capacidade de conferir existência – o *onto* pelo nome próprio – e documentar sobrevivências. Pessoas, comunidades, sociedades, objetos, gestos e lugares foram eliminados ou iluminados em razão de processos de significação via os nomes próprios.

O nome próprio é tema de discussões filosóficas desde a Antiguidade. Platão, em seu diálogo, 'Crátilo', inaugura a tradição por uma teorização dos nomes. Na verdade, o diálogo entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo buscava saber se é possível conhecer a partir dos nomes. Se estes possuem significado natural ou convencional e se eles comunicam conhecimento por si só. Crátilo defende um certo tipo de naturalidade entre as palavras e as coisas, elas teriam algo em comum, permitindo o conhecimento da coisa a partir do saber da palavra. Já Hermógenes preferia a ideia da convencionalidade, em que as palavras significam as coisas por mera convenção. O diálogo chega ao final de forma aporética revelando as duas alternativas como incapazes de explicar o fenômeno da relação entre as palavras e as coisas (PLATÃO, 2001).

Linguagem e realidade, são, pois, objeto central da discussão apresentada por Platão a partir da questão do nome próprio. Na filosofia recente sobre a linguagem e seus temas, têm-se algumas proposições teóricas interessantes à discussão. Em outros termos, estamos



diante do lugar do nome próprio em uma das mais recorrentes fontes de reflexão filosófica: o real.

2.1 Os sentidos que o nome tem

O alemão, Gottlob Frege (1848-1925) contribuiu para o desenvolvimento de uma filosofia da linguagem lógica. Ele estudou o significado das sentenças, e imprime uma distinção entre o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*). A referência, também podendo ser entendida como denotação, diz respeito ao próprio objeto em questão, enquanto o sentido indica um conjunto de formas de designação do objeto, modos pelos quais ele se apresenta (MARCONDES, 2010). O famoso exemplo de Frege é “Vênus”, que pode ser chamada de “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, visto que sociedades antigas acreditavam se tratar de estrelas diferentes. Assim, “a referência de ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ seria a mesma, mas não o sentido” (FREGE, 2011, p. 22). Segundo a filosofia fregeana, o referente, ou a referência, é o próprio planeta do sistema solar. Logo o sentido podem ser vários: “planeta Vênus”, “estrela da manhã”, “estrela d’Alva”, “estrela da tarde”, “estrela vespertina”, “vesper” e, ou, “estrela do pastor”.

Por nome próprio, Frege entende que “tenha referência um determinado objeto (esta palavra tomada no seu alcance mais amplo), mas não um conceito ou relação” (FREGE, 2011, p. 22). Os nomes próprios, e por conseguinte os nomes próprios de pessoa, possuem uma referência, no entanto, não possuem um conceito, ou seja, um sentido único que os possa definir em relação à denominação daquela pessoa.

A concepção fregeana para nomes próprios fica melhor explicada em uma nota de rodapé que ele dedica a Aristóteles, que reproduzimos:

Certamente, as opiniões podem divergir em relação ao sentido de um nome próprio como “Aristóteles”. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido: o aluno de Platão e preceptor de Alexandre Magno. Quem assim procede, relacionará à frase “Aristóteles nasceu em Estagira” um sentido diferente daquele de alguém que tomasse como sentido deste nome: o preceptor de Alexandre Magno nascido em Estagira. **Enquanto a referência permanecer a mesma, pode-se tolerar essa variação do sentido**, muito embora ela deva ser evitada no corpo doutrinal de uma ciência demonstrativa e não deva ocorrer em uma linguagem perfeita. (FREGE, 2011, p. 22, grifo nosso).

A noção de Frege para os nomes próprios é interessante por abrir alguns caminhos de reflexão e parece admitir uma certa flexibilidade nos sentidos que os nomes próprios podem



apresentar. Sentido aqui é entendido como forma de enunciado que define a referência por outros meios que não o referente, lhe tira da tomada lógica e o coloca em movimento discursivo-comunicacional. Entretanto, seu pensamento filosófico analítico, o de Frege, em busca de uma linguagem ideal, o obrigou a prevenir os estudiosos para evitarem tal variação e jogar sua ‘âncora’ lógica em um referente único, transparente, aos moldes da linguagem lógica.

Quando da segunda fase de seu pensamento, Ludwig Wittgenstein (1889-1951) opõe-se à tradição lógica da linguagem e determina que o significado da linguagem está no seu uso, colocada no §43 de suas *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1979), transportando assim o debate para um solo radicalmente pragmático, ele está jogando com os sentidos que damos à linguagem dentro de um determinado contexto, a partir da forma de seu uso. De certa forma, ele faz crescer exponencialmente as possibilidades de ‘variações do sentido’ de que fala Frege e, ao contrário deste, ele assume esta condição como constitutiva dos nomes próprios.

As aporias do nome próprio, quer dizer a dificuldade de dar significado aos nomes próprios de pessoas, permanece patente no pensamento do filósofo austríaco. Apesar dos nomes próprios não possuírem rígidos significados, eles funcionam pragmaticamente, eles produzem sentidos. O nome próprio na sua visão terá sempre uma “camada aberta de acréscimo de descrições” (SILVEIRA; SALDANHA, 2015).

A diferença da perspectiva wittgensteiniana para uma abordagem fregeana está na abertura deste portal de sentidos e ou descrições que um nome próprio aceita para funcionar linguisticamente e na sua aceitação como forma inerente ao processo comunicativo. Para aquele autor, essa abertura é bem maior, quase infinita, muito mais receptiva que a outra, visto que a cada novo uso o nome próprio da pessoa adquiriria nova camada de descrição, de certa forma, afetando um novo sentido para a outra filosofia.

Para ilustrar, têm-se o nome “Marielle Franco”. Infere-se que este nome será, pragmaticamente, usado em diversos níveis de descrição e organização, seja nos escritos de sua autoria (projetos de lei, pareceres, votos, entre outros) no arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, seja na demarcação dos espaços, uma rua ou instituto, por exemplo, constituídos a partir de sentidos diferentes, mas da mesma referência. Elucida-se que, apesar de a referência ser a mesma, a pessoa Marielle, os sentidos que esse nome enunciará, nesses



diferentes contextos de uso, são diferentes entre si. Em seus projetos de lei figura o sentido da “vereadora Marielle Franco, eleita em 2017, da cidade do Rio de Janeiro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)”, contudo o nome Marielle Franco na construção de outros espaços, como o Instituto que leva seu nome, terá o sentido da “vereadora brutalmente assassinada no Rio de Janeiro, caso ainda não solucionado”. Não podemos dizer que estes sentidos estejam apartados uns dos outros, não é o caso, mas que há uma certa preponderância entre os sentidos, ao mesmo tempo concorrentes e complementares, a depender do contexto em que o referente é empregado.

Por fim, não esqueçamos os poderes da linguagem, sua ordem discursiva, ou ainda, os poderes tanto negativos, no sentido de apagamento, quanto os positivos, aqueles que criam e que produzem saberes, trabalhadas pelo pensamento de Michel Foucault (2014). Ou ainda, do encontro do nome próprio com o poder, em que o pensador francês faz aparecer toda uma documentação que toma por alguns instantes as vidas singulares (FOUCAULT, 2006). A presença ou não presença de um nome próprio, a existência ou não existência de uma documentação acerca da vida é mais que mero acaso. Faz parte de todo um dispositivo de poder que perpassa por vias que se tocam, interagem e complementam-se, entre a administração pública-estatal da população, a construção simbólica da memória coletiva, a ordenação dos espaços, a seleção das figuras, dos nomes, dos rostos, que compõem a nossa vida ordinária.

O nome próprio não pode ser definido, ele não é da dimensão do Dicionário; ele é uma lacuna sempre aberta onde diversas descrições podem se amontoar para dar-lhe múltiplas facetas, talvez seja da ordem das Enciclopédias, conforme as noções de Umberto Eco (2013)³. Contudo, isso não impede que ele seja usado, ou seja, o nome próprio, apesar da sua não definição lógica, ele funciona na cidade – seu uso é o seu sentido, segundo a teoria wittgensteiniana de fundo pragmático. Se o nome próprio, e aqui nos concentramos na ideia de nome próprio pessoal, está aberto para múltiplas descrições, interessa neste trabalho, como ponto indexador de enunciados, os discursos que podem se esconder em um nome pessoal. Como em uma grande ficha biobibliográfica, para continuar na metáfora bibliográfica.

³ Umberto Eco (1932-2016), em sua obra *Da árvore ao labirinto*, trabalha os modelos de Dicionário e Enciclopédia para diferenciar concepções semânticas diferentes dentro da semiótica geral do conhecimento.



As pessoas seriam descritas, indexadas e classificadas, como os livros. O nome como entrada principal, os descritores são a sua individualização, seus dados biográficos e bibliográficos, suas indexações são os sentidos que este nome produz nos diversos contextos comunicativos, a classificação dependeria, como sempre, da intenção do ordenamento.

2.2 Organização do Conhecimento e dos Saberes: a linha de montagem metarrepresentacional da Biobibliografia da cidade

No campo da OCS, principalmente na área da Representação Descritiva, ou Catalogação, os nomes próprios de pessoas que compõem um livro são usados para montar um registro, a depender do código ou norma de catalogação a ser utilizado.

A *Resource Description and Access* (RDA) foi elaborada para substituir a *Anglo American Cataloguing Rules, 2nd edition* (AACR2), apesar de manter alguns vínculos com este código que ainda é vastamente utilizado na catalogação brasileira. A RDA é instrumento relativamente novo, aqui usaremos como base a sua versão original, já amplamente debatida no campo. Apesar de ser projetada com vistas nas diretrizes e instruções que auxiliem na formulação de dados para auxiliar na recuperação dos recursos (OLIVER, 2011), sua estrutura teórica e normativa, no que tange os nomes próprios de pessoas, nos serve de modelo para pensar os descritores de uma metarrepresentação da biobibliografia da cidade. Como apresentado no início, utiliza-se o pensamento da OCS para a análise e transformação dessa cidade-biobibliográfica destacada dentro da cidade maior.

A RDA “consiste num conjunto de instruções práticas, que, no entanto, baseia-se em uma estrutura teórica que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova norma”, segundo Chris Oliver (2011, p. 1). A estrutura teórica da RDA é dada pelo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e, por sua extensão, o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD).

Nesta normativa, há uma seção (Seção 3) dedicada ao registro de atributos de pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas, funcionando por um modelo de relação-entidade, a nova norma traz consigo três tipos de componentes, a saber: as entidades, os atributos e as relações (OLIVER, 2011). Enquanto as entidades são entendidas como “objeto de interesse fundamental para o usuário” (OLIVER, 2011, p. 26), os atributos são as características atribuídas a cada entidade para sua descrição. Podendo ser eles intrínsecos a própria entidade



ou extrínsecos a ela. Com foco nesta pesquisa, discute-se sobre as entidades, atributos e relações que tratem de alguma forma dos nomes próprios pessoais.

No FRBR o nome próprio de pessoa fica mais evidente na entidade “pessoa física”, ou “pessoa” apenas, contida no Grupo 2, que se dedica às “entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e, ou, guarda das entidades do primeiro grupo” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 18). As entidades do primeiro grupo são os produtos intelectuais e artísticos, denominados em seus diferentes níveis de abstração como obra, expressão, manifestação e item.

Entre esses dois grupos, têm as seguintes relações possíveis como exemplo: obra criada por pessoa física; expressão traduzida por pessoa física; manifestação publicada por pessoa jurídica; e item propriedade de uma família. O Grupo 3 trata dos assuntos, suas entidades são conceito, objeto, acontecimento, lugar mais todas as entidades do grupo 1 e 2 (OLIVER, 2011). Isso quer dizer, que a entidade pessoa física pode ser assunto de uma obra, como por exemplo os trabalhos biográficos.

Pessoa ou pessoa física como em Oliver (2011), é definido por Mey e Silveira (2009, p. 21) como “indivíduo, relacionado à criação ou realização de uma obra ou de uma expressão, ou assunto de uma obra. A entidade ‘pessoa’ também pode ser responsável pela produção de manifestação, ou pela posse de um item”.

Outro modelo, o FRAD veio para expandir as noções da FRBR, o caso da entidade pessoa física, do Grupo 2, não foi diferente. Enquanto no FRBR, os atributos para pessoas eram: nome da pessoa, título da pessoa, datas da pessoa e outra designação relacionada a pessoa, no FRAD temos os atributos anteriores acrescidos de gênero, lugar de nascimento, lugar de morte, país, lugar de residência, afiliação, endereço, língua da pessoa, campo de atividade, profissão/ocupação, biografia/história (OLIVER, 2011). Dando uma perspectiva de descrição muito maior para uma pessoa física. A entidade passa a compreender:

indivíduos reais; identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por um indivíduo por meio do uso de mais de um nome (nome real, e, ou, pseudônimo ou heterônimos); identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por duas ou mais pessoas (pseudônimos conjuntos); e identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por um grupo” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 40).

Além disso, outra importante mudança, para nosso estudo, foi a promoção do atributo nome, conforme FRBR, para entidade nome, segundo o FRAD. Nome foi assim definido,



“caractere ou grupo de palavras e, ou, caracteres, pelos quais uma entidade é conhecida” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 43). Nome aqui é entendido de uma maneira geral, no campo da onomástica, é válido nomes de pessoas, de títulos de livros, de associações, prenomes, nomes de lugares, entre outros⁴.

A nova entidade ‘Identificador’, igualmente, é interessante para a presente pesquisa, sendo “um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo, associado a uma única entidade, e que serve para distingui-la de outras entidades, no contexto em que o identificador foi designado” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 44). A ideia de um identificador pode ser aplicada a diversas entidades dos modelos FRBR e FRAD, se aproxima de um controle vocabular, de uma linguagem lógico-formal, para que se possa, a partir de um designador, eliminar os equívocos entre homônimos, por exemplo. O cadastro de pessoas físicas (CPF) é um tipo de identificador de pessoas, no âmbito da administração pública brasileira, para darmos um exemplo bem palpável.

O ISBN é atribuído por autoridade competente para designar inequivocamente uma manifestação, exemplo de identificador de uma outra entidade FRBR. A discussão no ambiente Web está bem avançada em relação aos identificadores permanentes, que buscam para além de um nome padronizado um caminho único e permanente para um objeto digital, tentando sanar o problema dos ‘links quebrados’⁵. Para identificadores digitais de pessoas, podemos citar algumas possibilidades, no campo da autoria científica temos o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID), o *Researcher ID*, e o link permanente do Currículo Lattes, por exemplo. No campo da Catalogação, temos ainda os pontos de acesso controlado, o *VIAF Virtual International Authority File* (VIAF) pode ser citado no ambiente digital e internacional da questão.

O nome próprio de pessoas, no contexto catalográfico tradicional, possui vasta riqueza de descritores e relações. As engrenagens da OCS, constroem via catálogo, um mundo de metarrepresentação simbólicas onde o nome próprio do autor desempenha papel fundamental nas mensagens enviadas aos usuários de biblioteca. Posicionam a figura do autor, classificam-no em uma temática e/ou corrente teórica, posicionam em um

⁴ Para uma robusta lista de tipos de nomes possíveis ver Mey e Silveira (2009, p. 43).

⁵ Para saber mais sobre essa discussão, recomendamos o trabalho de Luis Fernando Sayão (2007), Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes – URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL.



determinado período histórico, o individualiza através de um identificador, entre outros atributos. Conforme nosso objetivo, e a partir de um exercício comparativo, onde a metáfora desempenha certo papel de abstração e comparação, aplica-se nossos conhecimentos às biobibliografias encontráveis nas organizações geopolíticas dos espaços.

3 DISSIMULADO DICIONÁRIO SECTÁRIO: EXERCÍCIOS REFLEXIVOS DE DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA

Entre os muitos lugares que se transita pela cidade cotidianamente, destaque-se e concentremo-nos naqueles que são referenciados com um nome próprio pessoal. Placas de endereço, faixadas de prédios, bairros, salas e praças começam povoar nossa memória. Muitos são os nomes que povoam o cenário biobibliográfico da cidade, da região, do país, que pertencemos. De forma itinerária, não sistemática, recolhe-se da cidade amostras onde o nome próprio de pessoas aparece efetivamente, o modo como aparecem, além do sentido de seu aparecimento.

No plano da democracia documentária, as transformações oriundas de lutas sociais em relação ao nome próprio convocam o olhar crítico e atualizado permanentemente da pesquisa e da aplicação no território dos sistemas de organização do conhecimento. Do apagamento à injúria, da visibilidade à existência, os sistemas e seus mecanismos de metarrepresentação são formas centrais de fabricação da realidade. Em certo grau, esses mecanismos atravessam documentalmente os nomes próprios para que possam exercer seu poder sobre as vidas, tanto naquelas de que falam, quanto nas demais que passam a ter com os nomes de outrem uma relação de sentido.

A questão do nome civil e, mais propriamente, do Registro Civil é valorosa para a administração política dos cidadãos e, a partir dela, um conjunto de práticas passam a ser possíveis. O Código Civil brasileiro diz, em seu art. 16, “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. Tereza Vieira (2012) trata da questão e elucida alguns sinais distintivos de cada indivíduo, como o nome vocatório (designação pelo qual o sujeito é conhecido, como Afonso Henriques de Lima Barreto é conhecido por Lima Barreto), o apelido ou epíteto (uma outra denominação para a pessoa, como Paulinho da Viola para Paulo César Baptista de Faria), os títulos, que são signo verbal que acompanha a identificação da pessoa (podem ser divididos em nobiliárquicos, eclesiásticos, acadêmicos, de cargo oficial e brasões de famílias). Outra questão são os pseudônimos e os heterônimos, aquele, muito



comum nas artes, ou em tempos de censura, são nomes fictícios atribuídos a alguém. Ao passo que os heterônimos são a capacidade de um escritor criar uma persona autora, dar-lhe atributos e tendências peculiares, além de um nome próprio diferente do seu (VIEIRA, 2012).

No campo das lutas sociais progressistas temos como um ponto de pauta o uso do nome social e do nome afetivo, mas o direito civil já considerava a troca do nome no registro civil, a troca pode se dar por nomes ridículos, alteração da ordem, erro gráfico, tradução, homonímia, irmãos de igual prenome, maioridade, uso de prenome diverso do registro, reconhecimento de paternidade, reprodução assistida, adoção, proteção à vítima e a testemunha e estrangeiros naturalizados. O uso do nome social pode se dar com o reconhecimento da justiça ou antes do reconhecimento (VIEIRA, 2012).

Entre as muitas placas, letreiros, registros epigráficos contemporâneos que informam os nomes das ruas do centro da cidade, muitas se utilizam de nomes próprios de pessoas, ou nomes que façam referência a pessoas, para cumprirem seu papel. Senador Dantas, Ouvidor (eternizada nas crônicas de Machado de Assis, aliás outro vocatório, ou epíteto), Mem de Sá, Presidente Vargas, Regente Feijó, esses nomes possuem algo em comum, dão nome a ruas e avenidas do centro do Rio de Janeiro. João Caetano, Duque de Caxias, São Bento, Pedro II são alguns dos nomes nas fachadas dos prédios, placas de ruas, nomes de viadutos, pontes e outras estruturas urbanas. A cidade-biobibliográfica pode ser vista como um labirinto de nomes próprios com certos padrões sectários de seleção. Logo, as contradições são escancaradamente expostas nas mais cotidianas práticas da mobilidade urbana.

A tradição biobibliográfica, como conta a história desse tipo de fonte de informação, parece dar preferência a uma dicionarização dos indivíduos que figuram como ilustres, notáveis e célebres (MATA, 2020), uma certa relação de empatia com os vencedores, nas palavras de Walter Benjamin (1985). No nosso caso, da geopolítica biobibliográfica das cidades, ponderemos que essa relação de empatia com os dominantes está mediada pelos critérios sócio-políticos da própria história da cidade a que se refere, uma noção intra, e da posição que ela ocupa dentro de um cenário geopolítico maior. Isto é, a intensidade ou ainda a redundância da máxima dos notáveis será maior ou menor a depender da cidade, ou da região em que se examina. O centro de uma grande metrópole tenderá a repetir este padrão com maior intensidade que uma cidade interiorana.



Os espaços da cidade, com seus nomes próprios de pessoas, transmitem sentidos a partir da referência, sua história e seu legado. No entanto, não se pode deixar de pensar na figura do interpretante, os cidadãos, não como pessoas totalmente passíveis que apenas recebem os sentidos dos nomes pessoais que vêm gravados, ou nos rostos imortalizados que observam. Os cidadãos estão no seio da cidade, da pólis, estão mediados pelo seu pertencimento, pelo seu contexto histórico-político, de vivências e resistências, podendo, assim, ressignificar, alternar entre os sentidos que os nomes próprios despertam em diferentes experiências.

Trata-se de um conjunto de códigos verbais e notacionais, como nos ensina a epistemologia da OCS, que tece sistemas de sistemas, nos dando acesso ao mundo, preservando nossos saberes e a fundamentando estruturas intelectuais para produção de novas formas de saber. No entanto, podemos, a partir da Figura 1, perceber que esta não é sua única função. Nomear uma rua com o nome de alguém é ato político, de administração da cidade, sim, como também um instrumento simbólico de discurso na cidade. A frase que descreve o nome próprio, retira seu sentido do referencial vida-existência-resistência da vereadora. Ele comunica bem mais do que o nome da rua, deixa sua contribuição para um discurso biobibliográfico, espécie de metalinguagem da memória da cidade.

Figura 1 - Placa de rua em memória da vereadora Marielle Franco



Fonte: Rua Marielle Franco ([2020?]).

A RDA Toolkit (2019, online⁶) fornece uma série de instruções para se representar a entidade pessoa, começando por sua definição e escopo: “*An gent who is an individual human being who lives or is assumed to have lived.*” Dentre os elementos mínimos descritivos está a forma preferida do nome. Neste caso, Marielle Franco não se trata do nome completo da

⁶ O documento é online e sem paginação, trata-se de uma ferramenta com hiperlink, portanto, mesmo em citação direta não é possível indicar a paginação, conforme orienta a NBR 10520:2002.



vereadora, mas sim a sua forma preferida, como ela é comumente conhecida. De fato, seu nome não continha o sobrenome “Franco”, seu nome completo era Marielle Francisco da Silva. Dentre outros elementos presentes na RDA que estão na placa: a data de nascimento e morte, função, campo de atuação e informação biográfica (*date of birth, date of death, field of activity, term of rank or honour or office, biographical information*).

4 CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS

As noções teóricas acerca da linguagem e da OCS contribuem para um desvendamento da biobibliografia citadina escondida em cada esquina do nosso espaço geopolítico. Os saberes biblioteconômicos-informacionais com suas habilidades na construção de instrumentos de descrição e organização dos saberes é capaz de sustentar toda a análise crítica dos nomes pessoais que nos cercam, quanto subsidiar os processos de luta pela ressignificação dos espaços através de outros sentidos de um nome próprio.

No âmbito da OCS, esse circuito da paisagem urbana biobibliografada pelos nomes próprios nos convoca a uma compreensão de suas dialéticas. A estrutura das cidades no Brasil, por exemplo, é marcada por construções fundadas nas relações sociais de violência patriarcal, masculina, branca, que povoam as esquinas com nomes próprios, metarrepresentações multiplicadas em instrumentos de acesso ao real, ou, apenas, sistemas de organização do conhecimento.

Uma democracia documentária, capaz de lutar permanentemente para, de um lado, visibilizar as contradições, e, de outro lado, dar lugar aos nomes silenciados, massacrados, dizimados, recoloca o nome próprio como lugar central para a construção dos estudos biblioteconômico-informacionais. Um caminho de reconfiguração dos sistemas de organização do conhecimento está em plena abertura (ainda, infelizmente) com foco na dialética dos nomes que constroem a realidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdélia Robalinho. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

ECO, Umberto. **Da árvore ao labirinto**: estudos históricos sobre o signo e a interpretação. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.



FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-223.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. **Fundamento**: Revista de Pesquisa em Filosofia, v. 1, n. 3, p. 21-44, maio/ago. 2011.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2010.

MATA, Diogo Xavier da. **Uma arqueologia do discurso biobibliográfico**: um percurso dos dicionários biográficos da renascença às plataformas biobibliográficas contemporâneas. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto e Crátilo. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2001.

RDA Toolkit. Chicago, IL: ALA, 2019. Disponível em:
https://access.rdatoolkit.org/Content/Index?externalId=en-US_ala-3e83e346-2cc4-337a-a522-2383d77da264. Acesso em: 13 jun. 2022.

RUAMARIELLEFRANCO. [Rio de Janeiro]: Chama Agência-Rede, [2020?]. Disponível em:
<https://www.ruamariellefranco.com.br/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SALDANHA, G. S. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. **Informação & sociedade**, v. 30, p. 21-41, 2020.

SALDANHA, Gustavo; SILVA, Franciéle; LIMA, Graziela; GARCEZ, Dirnele; ROMEIRO, Nathália. Quem matou Marielle? Organização do conhecimento e os caminhos do Tesouro do Mal. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19, 2018. **Anais [...]**. Londrina: Universidade de Londrina, 2018.

SAYÃO, Luis Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes – URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. **A trajetória da autoria na representação documental**. 2013. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, Naira Christofolletti; SALDANHA, Gustavo Silva. O “nome próprio” no contexto da Epistemologia da Organização do Conhecimento: um debate filosófico-teórico. *In*: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12, 2015; CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2, 2015. **Anais [...]**. Murcia, Universidade de Murcia, 2015.



VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nomes e sexo**: mudanças no Registro Civil. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.